

**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

EDITAL 01/2022



CADERNO DE PROVAS

Disciplina/área	Questões Objetivas	Questões Discursivas
Direito Constitucional	6	-
Direito Civil	5	-
Direito Processual Civil	6	-
Direito do Trabalho	10	1
Direito Processual do Trabalho	12	1
Direito Administrativo	6	-
Direito Previdenciário	5	-

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno de provas contém um total de 50 (cinquenta) questões objetivas, sendo 6 de Direito Constitucional, 5 de Direito Civil, 6 de Direito Processual Civil, 10 de Direito do Trabalho, 12 de Direito Processual do Trabalho, 6 de Direito Administrativo e 5 de Direito Previdenciário; e 2 (duas) questões discursivas versando sobre o Direito do Trabalho e o Direito Processual do Trabalho. Confira-o.
2. As provas objetivas e discursivas terão duração de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos**, incluído o tempo destinado à transcrição das respostas do caderno de questões para as folhas de respostas oficiais objetivas e discursivas.
3. O candidato somente poderá se ausentar do recinto da realização das provas decorridas 3 (três) horas do início de sua aplicação, por motivo de segurança.
4. As respostas das questões objetivas e discursivas deverão ser transcritas para a folha de respostas oficial, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Você poderá transcrever suas respostas das questões objetivas para a última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
6. Na transcrição das respostas das questões discursivas, em caso de erro, não use borracha, não rasure nem use corretivo. Coloque entre parênteses o que deseja que **não seja considerado**, passando um traço duplo sobre o termo, a expressão ou a frase. Exemplo: (~~xyzxyzxyjxyzxyz~~)
7. Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas objetivas e discursivas por erro do candidato.
8. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com as folhas de respostas objetivas e discursivas, devidamente preenchidas e assinadas.
9. As questões da prova objetiva e o gabarito preliminar serão divulgados no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> no 1º dia útil subsequente à realização da prova.

A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

Acerca da aplicação do devido processo legal aos processos administrativos, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A ausência de defesa técnica, mediante nomeação de advogado, causa nulidade da decisão administrativa.
- (B) A decisão administrativa que aplica penalidade sem prévia oportunidade de defesa pode ser objeto de controle jurisdicional.
- (C) O direito de petição não obriga a Autoridade requerida a apresentar resposta escrita.
- (D) O interesse processual para fins de controle jurisdicional de decisão administrativa exige o esgotamento da via recursal nesta esfera.

QUESTÃO 02

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é caracterizada por:

- (A) Concorrência com a Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas a ser interposta por rol mais restrito de legitimados.
- (B) Subsidiariedade em relação às ações do controle concentrado de constitucionalidade e ao Recurso Extraordinário.
- (C) Subsidiariedade em relação às demais ações do controle concentrado de constitucionalidade.
- (D) Tal como nas demais ações do controle concentrado de constitucionalidade, somente pode tomar por objeto norma legal.

QUESTÃO 03

O princípio da segurança jurídica implica na seguinte consequência, ao ser aplicado como parâmetro de constitucionalidade para norma jurídica:

- (A) Caráter excepcional das hipóteses de imprescritibilidade, conforme autorizado pela Constituição em matérias específicas.
- (B) Normas acerca do poder de autotutela da Administração Pública devem observar direitos adquiridos quanto aos atos discricionários, mas não se submetem a limites no que se refere aos atos vinculados.
- (C) O princípio da confiança legítima não pode ser objeto de previsão legal, porque seus ditames contrariam a segurança jurídica.
- (D) O princípio do formalismo pode ser excepcionado irrestritamente por Lei, pois este princípio não possui relação com a segurança jurídica.

QUESTÃO 04

As cláusulas pétreas, previstas como limites à reforma constitucional na Constituição vigente,

- (A) autorizam a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade em face de proposta de emenda constitucional que as viole.
- (B) permitem a abolição parcial de direitos e garantias individuais, desde que não sejam previstos no Artigo 5º da Constituição.
- (C) proíbem a alteração em matéria de direito fundamental para qualquer finalidade.
- (D) proíbem a deliberação da proposta de emenda que as viole, razão pela qual possibilitam o controle jurisdicional do processo legislativo especial de emenda constitucional.

QUESTÃO 05

Supondo-se que uma questão de mérito seja objeto de uma decisão vinculante, é **CORRETO** concluir que

- (A) não poderia ser objeto de decisão do controle difuso de constitucionalidade, ainda que advinda do Supremo Tribunal Federal.
- (B) pode ser objeto de súmula ou enunciado de qualquer Tribunal.
- (C) pode ser objeto de súmula vinculante, editada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) se trata de objeto de decisão do Supremo Tribunal Federal, em qualquer procedimento.

QUESTÃO 06

Em face da alegação de garantia fundamental, prevista no Art. 5º da Constituição vigente, é **CORRETO** supor que, em regra,

- (A) a garantia prevista necessita de regulamentação legal para que seja invocada perante autoridade pública.
- (B) a norma em questão obriga o servidor, porque seu efeito é pleno, direto e imediato.
- (C) a norma em questão não vincula decisões administrativas.
- (D) o titular da garantia não poderia exercê-la no âmbito de processo administrativo.

PROVA DE DIREITO CIVIL**QUESTÃO 07**

Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram são considerados, conforme o Direito Civil,

- (A) bens imóveis no âmbito da classificação dos bens.
- (B) bens móveis.
- (C) imóveis ou móveis conforme sua destinação,
- (D) imóveis ou móveis conforme vontade manifesta de seu titular.

QUESTÃO 08

Em matéria de negócios jurídicos, o erro de indicação da pessoa ou da coisa a que se referir a declaração de vontade

- (A) gerará ato nulo de pleno direito.
- (B) não gera, em hipótese alguma, consequência juridicamente relevante.
- (C) não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- (D) torna nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

QUESTÃO 09

A emancipação do menor com dezesseis anos completos, por outorga dos pais, **exige**

- (A) consentimento dos pais, ou de um deles na falta do outro, e posterior homologação judicial.
- (B) instrumento público e posterior averbação em registro público.
- (C) instrumento público e posterior registro público.
- (D) pedido dos pais, manifestação de vontade do menor, a ser decidido por sentença judicial.

QUESTÃO 10

Quanto à obrigação de dar, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, se expressamente mencionados.
- (B) A obrigação de dar coisa certa abrange, em regra, os acessórios dela, ainda que não mencionados.
- (C) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, resolve-se necessariamente a obrigação.
- (D) Os frutos percebidos pertencem ao credor a partir da constituição da obrigação.

QUESTÃO 11

A **solidariedade** nas obrigações

- (A) não se presume, resulta apenas da vontade das partes quando se trata de negócios privados.
- (B) não se presume, resulta apenas da lei.
- (C) não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes.
- (D) pode ser objeto de presunção relativa.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**QUESTÃO 12**

Acerca da matéria de nulidades na legislação processual civil, conforme Código de Processo Civil vigente, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- (B) Em face do erro de forma, dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados desde que não resulte prejuízo à defesa de qualquer parte.
- (C) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, alcançar a finalidade.
- (D) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida por qualquer das partes, independentemente de quem lhe deu causa.

QUESTÃO 13

De decisão proferida por juiz de primeira instância que denegue a concessão de tutela evidência, conforme o Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015, cabe o seguinte recurso:

- (A) agravo de instrumento.
- (B) agravo retido.
- (C) apelação.
- (D) reconsideração.

QUESTÃO 14

A Decisão proferida em Recurso Extraordinário, com Repercussão Geral, produz o seguinte resultado:

- (A) O julgado paradigma somente causa efeito para a Administração Pública se esta for parte nos feitos abarcados pela Repercussão.
- (B) O presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem, publicado o acórdão paradigma, negará seguimento ao recurso extraordinário sobrestado na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Os processos suspensos em primeiro grau de jurisdição, em razão do reconhecimento da repercussão geral, retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante remessa ao respectivo Tribunal de Segunda Instância.
- (D) Se o Recurso tratar de questão afeta à prestação de serviço público objeto de concessão, o resultado do julgamento deverá ser imediatamente fiscalizado pelos entes de regulação para efetiva aplicação da tese adotada, independentemente de comunicação.

QUESTÃO 15

Acerca da ação rescisória, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A petição inicial da ação rescisória possui requisitos próprios e específicos em relação às petições iniciais do procedimento comum.
- (B) Julgada procedente a ação, o tribunal rescindirá a decisão e remeterá o feito para novo julgamento na instância de origem.
- (C) O Ministério Público é parte legítima para propositura da ação e se não foi ouvido em processo cujo mérito trata do interesse de criança ou adolescente.
- (D) O prazo de extinção do direito à rescisão submete-se aos mesmos critérios de contagem para todas as hipóteses de cabimento da ação.

QUESTÃO 16

O procedimento de produção antecipada da prova admite recurso

- (A) contra decisão na qual o juiz se pronunciar sobre a ocorrência ou a inoccorrência do fato.
- (B) contra decisão que deferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.
- (C) contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.
- (D) em face das decisões em geral proferidas no seu curso.

QUESTÃO 17

Sobre julgamento antecipado do mérito, é **CORRETO** afirmar:

- (A) O juiz julgará antecipadamente o pedido sempre que o Réu não apresentar contestação.
- (B) O juiz julgará antecipadamente o pedido, quando não houver necessidade de produção de outras provas, caracterizada a inexistência de controvérsia dos fatos.
- (C) O julgamento antecipado de mérito não poderá ser proferido parcialmente quando houver pedidos cumulados.
- (D) O julgamento antecipado parcial de mérito é impugnável por apelação.

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO**QUESTÃO 18**

Em relação ao aviso prévio, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.
- (B) O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.
- (C) O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeita-se ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso, sem prejuízo da indenização que for devida.
- (D) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, ou requerida pelo empregado, será reduzido de 2 (duas) horas diárias, sem prejuízo do salário integral. O empregado pode trabalhar, sem a redução das 2 (duas) horas diárias mencionadas, caso em que poderá faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 7 (sete) dias corridos.

QUESTÃO 19

O trabalhador que simula pagamentos de boletos pessoais no caixa da empresa, sem a entrega do respectivo valor pecuniário ao empregador comete falta grave, apta a ensejar a dispensa por justa causa por:

- (A) Ato de improbidade.
- (B) Ato de insubordinação.
- (C) Desídia.
- (D) Incontinência de conduta.

QUESTÃO 20

A extinção do contrato, por comum acordo entre as partes, nos termos estabelecidos pela legislação vigente, assegura ao trabalhador:

- (A) A integralidade da multa do FGTS e de todas as verbas rescisórias, com exceção do aviso prévio, que, se indenizado, será devido a sua metade. Além disso, o trabalhador terá direito a movimentação integral da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.
- (B) A integralidade da multa do FGTS e de todas as verbas rescisórias, com exceção do aviso prévio, que, se indenizado, será devida a sua metade. O trabalhador não terá direito a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nem ao ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.
- (C) A metade do aviso prévio, se indenizado, do 13º salário e das férias acrescidas de 1/3, bem como a integralidade do aviso prévio. Além disso, o trabalhador terá direito a movimentação integral da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sem autorização para o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.
- (D) A metade do aviso prévio, se indenizado, e da indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como a integralidade das demais verbas rescisórias. Além disso, o trabalhador terá direito a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos, sem autorização para o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.

QUESTÃO 21

Em relação às atividades e aos adicionais de insalubridade e periculosidade, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Não é possível a cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade, devendo o empregado, quando constatado, cujo labor se dava em condições insalubre e periculosa, optar pelo que lhe for mais vantajoso.
- (B) O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional, respectivamente, de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo (salvo critério mais vantajoso previsto ao trabalhador em norma coletiva ou legislação específica), segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.
- (C) O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.
- (D) Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ao agente perigoso e que se sujeita a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato se dá de forma intermitente ou eventual.

QUESTÃO 22

Luísa foi contratada em 18.02.2018 e demitida, sem justa causa, em 20.04.2021. Trabalhava das 08:00 às 16:00, com previsão contratual de pausa intervalar de 01 hora para repouso e alimentação. Resolveu ajuizar demanda trabalhista em face de seu antigo empregador, tendo em vista que só usufruía 20 minutos de pausa para alimentação.

Comprovada essa situação, de acordo com a legislação vigente, Luísa possui direito ao pagamento de natureza

- (A) indenizatória, de 01 hora, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho e reflexos em 13º salários, férias mais 1/3, FGTS e multa de 40%, repouso semanal remunerado e aviso prévio.
- (B) indenizatória, de 40 minutos, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- (C) salarial, de 01 hora, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho e reflexos em 13º salário, férias mais 1/3, FGTS e multa de 40%, repouso semanal remunerado e aviso prévio.
- (D) salarial, de 40 minutos, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

QUESTÃO 23

Em relação ao sistema de compensação de jornada, observada a legislação vigente, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.
- (B) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.
- (C) O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de doze meses.
- (D) O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

QUESTÃO 24

João Roberto realizava a troca de seu uniforme, no início e ao final da jornada, por determinação de seu empregador. Gastava 14 minutos por dia para a realização dessa atividade - 07 minutos no início e 07 minutos ao final, que nunca foram contabilizados na jornada de trabalho. Ao questionar e provar esta situação na demanda trabalhista ajuizada em face de seu antigo empregador, são devidos a João Roberto, conforme legislação vigente e entendimento sumulado:

- (A) 04 minutos por dia, de horas extras, com os devidos reflexos, considerando que os 05 minutos antecedentes e os 05 minutos posteriores da jornada não serão descontados nem computadas como jornada extraordinária.
- (B) 04 minutos por dia, de indenização, considerando que os 05 minutos antecedentes e os 05 minutos posteriores da jornada não serão descontados nem computados como jornada extraordinária.
- (C) 14 minutos, por dia, de indenização pelo tempo não contabilizado na jornada.
- (D) 14 minutos, por dia, de horas extras, com os devidos reflexos, considerando a totalidade do tempo de atividade realizada pelo autor.

QUESTÃO 25

Sobre a equiparação salarial, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A lei 13.467/2017 consignou que a equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.
- (B) No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 02 vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (C) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial.
- (D) Sendo parecida a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.

QUESTÃO 26

Segundo a legislação, é **CORRETO** afirmar que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário:

- (A) até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
- (B) até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer, devidamente comprovada.
- (C) até 4 (quatro) dias por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.
- (D) até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.

QUESTÃO 27

Sobre os sindicatos, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- (B) Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.
- (C) Havendo sindicato que representa os interesses da categoria em determinada base territorial, o desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem dessa categoria econômica ou profissional.
- (D) O Brasil é signatário da Convenção 87 da OIT, vigorando, em nosso sistema jurídico, o princípio da pluralidade sindical.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**QUESTÃO 28**

Em relação ao procedimento sumaríssimo, **NÃO** é correto o que consta na assertiva:

- (A) É dispensado o relatório nas sentenças.
- (B) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
- (C) Pela menor complexidade das demandas que tramitam pelo procedimento sumaríssimo, as audiências serão unas, não sendo possível fracioná-las.
- (D) Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.

QUESTÃO 29

José Lúcio foi aprovado, através de concurso público vinculado ao regime jurídico celetista, para realizar a atividade de agente comunitário de saúde, no município de Bunacã. Suas atividades consistiam em visitar pacientes em suas residências, junto com a equipe de saúde. Ajuizou ação trabalhista, pretendendo o recebimento do adicional de insalubridade, atribuindo valor da causa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Nesse caso, a competência e o procedimento a ser adotado para a tramitação do feito é da:

- (A) Justiça Comum Estadual; procedimento sumaríssimo.
- (B) Justiça do Trabalho; procedimento ordinário.
- (C) Justiça do Trabalho; procedimento sumário.
- (D) Justiça do Trabalho; procedimento sumaríssimo.

QUESTÃO 30

Em relação às sentenças proferidas pelos juízes do trabalho, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A decisão mencionará sempre as custas que devem ser pagas pela parte vencida.
- (B) As decisões cognitivas ou homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.
- (C) Diante da simplicidade que prevalece no processo do trabalho, as sentenças trabalhistas, independente do procedimento, deverão conter apenas os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.
- (D) Intimada da sentença, a União poderá interpor recurso relativo à discriminação da natureza jurídica das parcelas reconhecidas na decisão.

QUESTÃO 31

No que se relaciona à execução no processo do trabalho, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A elaboração dos cálculos, sempre será realizada por perito contábil, nomeado pelo juízo, com oportunidade de vista às partes após a elaboração do laudo, para a impugnação em 08 dias, sob pena de preclusão.
- (B) As partes deverão apresentar cálculos, quando a sentença for ilíquida, e a secretaria determinará a intimação da União para a inclusão das contribuições sociais que entende serem devidas.
- (C) Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- (D) O juiz poderá iniciar a execução, de ofício, intimando, nesse caso, as partes, através de seus procuradores, para dar andamento ao feito.

QUESTÃO 32

Sobre os recursos no processo do trabalho, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- (A) Não há recurso de nenhuma decisão interlocutória no processo do trabalho, em atenção ao princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.
- (B) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- (C) O agravo de petição é interposto diretamente no Tribunal. A parte agravante deverá comunicar ao juízo de origem, no prazo de 03 dias, a interposição do mencionado recurso, sob pena de não ser conhecido.
- (D) Via de regra, o recurso ordinário é recebido, pelo Tribunal, no efeito suspensivo e devolutivo.

QUESTÃO 33

Sobre o recurso ordinário, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Apenas os Tribunais Regionais do Trabalho possuem competência funcional para processar e julgar recursos ordinários. O TST julga, apenas, recurso de revistas, agravo de instrumentos e agravo interno.
- (B) Nas reclamações submetidas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de dez dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor.
- (C) Nas reclamações submetidas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.
- (D) O prazo para interposição do recurso ordinário é de 8 (oito) dias.

QUESTÃO 34

Sobre os indicadores de transcendência do recurso de revista, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A transcendência econômica é verificada nas causas cujo valor exceda a 10 salários-mínimos, conforme determinado na legislação.
- (B) A transcendência política relaciona-se ao desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.
- (C) A transcendência jurídica relaciona-se à postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado.
- (D) O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho observa a análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, inclusive no que se relaciona ao critério da transcendência das questões nele veiculadas.

QUESTÃO 35

Em relação às nulidades processuais no processo do trabalho, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A nulidade não será pronunciada, quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
- (B) A nulidade não será pronunciada, quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- (C) As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos. Caso não tenha manifestação das partes em tais oportunidades, é possível renovar a insurgência, em grau de recurso ordinário.
- (D) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

QUESTÃO 36

Em relação à competência da Justiça do Trabalho, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A empresa Alfa e Beta Ltda. foi autuada pelo auditor fiscal do trabalho por vários descumprimentos da legislação trabalhista. Seu proprietário pretende discutir, judicialmente, a nulidade dos autos de infração. Neste caso, deverá ajuizar ação na Justiça Comum Federal.
- (B) Luana, servidora estatutária do Município de Ibá, não recebeu a progressão na carreira, disciplinada no Estatuto do Município, mesmo preenchendo todas as condições para tanto. Deverá a autora ajuizar demanda correspondente na Justiça do Trabalho.
- (C) O Sindicato que pretende a declaração de sua representatividade sindical em relação aos trabalhadores da empresa Alfa e Beta Ltda. poderá ajuizar demanda na Justiça do Trabalho.
- (D) O trabalhador José da Silva, da Alfa e Beta Ltda., teve seu celular furtado durante o horário de trabalho, na sede da empresa. Descobriu, através das imagens das câmeras, que seu colega, João Aparecido, pegou seu aparelho. José pretende que João seja processado criminalmente pelo fato. Considerando que o episódio ocorreu dentro da empresa, José deve encaminhar os fatos e as provas que possui para a polícia civil, que remeterá ao Ministério Público, para ajuizar demanda correspondente na Justiça do Trabalho.

QUESTÃO 37

Em relação à audiência trabalhista, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- (B) O não comparecimento do reclamado na audiência una ou inicial importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- (C) O não comparecimento do reclamante à audiência designada, em prosseguimento, de instrução ou encerramento, importará o arquivamento da reclamação. Nesta hipótese, este será condenado ao pagamento das custas, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.
- (D) Ocorrendo motivo relevante, poderá o juiz suspender o julgamento, designando nova audiência.

QUESTÃO 38

A revelia decretada à reclamada não produzirá seus efeitos, **EXCETO** quando

- (A) a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- (B) as alegações de fato formuladas pelo reclamante forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.
- (C) havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.
- (D) o litígio versar sobre direitos disponíveis.

QUESTÃO 39

Em relação à audiência no processo do trabalho, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- (A) A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluí-la no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.
- (B) Os trâmites de instrução e julgamento da reclamação serão resumidos em ata, de que constará, na íntegra, a decisão.
- (C) Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo. O juiz poderá, desde que provocado pela parte interessada, interrogar os litigantes a qualquer tempo.
- (D) Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente a 10 (dez) minutos para cada uma.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 40**

Quanto à publicidade e ao sigilo no âmbito da licitação, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (B) a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (C) a licitação será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público, excepcionalmente, os atos de seu procedimento.
- (D) a publicidade e o sigilo na licitação são de livre decisão da autoridade administrativa.

QUESTÃO 41

Considerando que um dano foi causado por uma empresa privada prestadora de serviço público, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a Administração Pública concedente é responsável solidária em qualquer hipótese.
- (B) a responsabilidade exigirá comprovação de culpa na hipótese de dano por omissão, conforme entendimento atual e predominante do Supremo Tribunal Federal.
- (C) a responsabilidade será objetiva e independerá de culpa, tanto para o dano causado a usuários quanto a não usuários do serviço.
- (D) o empregado causador do dano é legitimado passivo perante a vítima, conforme entendimento do STF acerca da legitimidade do agente público causador do dano.

QUESTÃO 42

O atributo de autoexecutoriedade do ato administrativo **EXIGE**

- (A) autorização em norma administrativa, ainda que não prevista em lei.
- (B) autorização legal expressa.
- (C) que o ato administrativo seja emanado do chefe da Administração Pública, Ministro ou Secretário de Estado.
- (D) que o ato seja discricionário no que se refere ao objeto.

QUESTÃO 43

Em face de rescisão unilateral de contrato entre a Administração Pública e Empresa Privada, é **CORRETO** afirmar que

- (A) os créditos do contratado poderão ser compensados com créditos que com ele tenha a Administração, independentemente da natureza destes.
- (B) pagamentos devidos ao contratado devem ser considerados vantagem indevida e anulados pela Administração Pública, se a causa da rescisão é imputável ao contratado.
- (C) pagamentos devidos ao contratado devem ser considerados vantagem indevida e anulados pela Administração Pública, se a causa da rescisão é imputável ao contratado por conduta culposa.
- (D) remanesce a obrigação de pagar pela parte já entregue do objeto, independentemente de quem deu causa à rescisão do contrato.

QUESTÃO 44

O direito de defesa é condicionante de validade da decisão administrativa sancionatória. Considerando tal afirmação e sua abrangência no processo administrativo, uma decisão administrativa sancionatória padece de nulidade se a defesa não for prévia?

- (A) Não, pois a defesa na via administrativa pode ser posterior à punição.
- (B) Não, se houver previsão legal de recurso à primeira instância.
- (C) Sim, mas apenas poderá ser reconhecida por decisão judicial.
- (D) Sim, pois a garantia somente se perfaz se a defesa for anterior à decisão.

QUESTÃO 45

Para firmar ajuste convencional com a Administração Pública, é condição **INAFASTÁVEL** que uma pessoa jurídica de direito privado

- (A) não remunere seus gestores.
- (B) não tenha finalidade institucional de lucro.
- (C) seja necessariamente uma associação.
- (D) seja necessariamente uma fundação.

PROVA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO**QUESTÃO 46**

Em relação à carência para a aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- (A) Independe de carência.
- (B) Será de 12 (doze) contribuições mensais.
- (C) Será de 24 (vinte e quatro) contribuições mensais.
- (D) Será de 36 (trinta e seis) contribuições mensais.

QUESTÃO 47

NÃO corresponde aos princípios e objetivos da Previdência Social:

- (A) Universalidade de participação nos planos previdenciários.
- (B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- (D) Redutibilidade do valor dos benefícios, como fonte de custeio, de forma a preservar a manutenção da seguridade.

QUESTÃO 48

Em relação à aposentadoria por invalidez, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.
- (B) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não poderá ser empecilho para o segurado receber sua aposentadoria por invalidez.
- (C) Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias.
- (D) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), não sendo devido quando o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.

QUESTÃO 49

Em relação ao auxílio-doença, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- (A) Não será devido o auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado, aberto ou semiaberto. Em caso de prisão declarada ilegal, o segurado terá direito à percepção do benefício por todo o período devido.
- (B) O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade.
- (C) O segurado que, durante o gozo do auxílio-doença, vier a exercer atividade que lhe garanta subsistência poderá ter o benefício cancelado a partir do retorno à atividade.
- (D) Sempre que possível, o ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença, judicial ou administrativo, deverá fixar o prazo estimado para a duração do benefício.

QUESTÃO 50

Em relação ao salário-maternidade, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- (A) Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.
- (B) No caso de falecimento da segurada ou do segurado que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao salário-maternidade.
- (C) O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.
- (D) O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa observará a tabela anual divulgada pelo INSS, limitado ao teto dos benefícios do RGPS.

PROVA DISCURSIVA DE DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. As respostas das questões discursivas deverão ser transcritas para a folha própria, **em letra legível**, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
2. O texto deverá ter a extensão mínima de 12 (doze) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecidas na Folha de Respostas para cada questão.
3. Será atribuída nota 0 (zero) na prova discursiva nos casos de:
 - a) texto que contiver número de linhas inferior ao limite mínimo estabelecido;
 - b) não atendimento ao conteúdo avaliado;
 - c) apresentar letra ilegível,
 - d) responder a lápis, em parte ou na sua totalidade;
 - e) fazer identificação em local indevido.
4. As questões discursivas serão corrigidas de acordo com os critérios de pontuação abaixo:

Aspectos Avaliados	Símbolo	Pontos	Desconto (por erro)
a) Compreensão/conhecimento do conteúdo proposto e propriedade da resposta.	“CC”	7	1,0 ponto
b) Argumentação apropriada relevante e suficiente em relação à questão proposta.	“A”	7	1,0 ponto
c) Fundamentação legal da resposta.	“F”	6	0,5 ponto
d) Coesão textual e encadeamento de ideias.	“CTE”	3	0,5 ponto
e) Correção gramatical	“CG”	2	0,2 ponto

QUESTÃO 01 - DISCURSIVA DE DIREITO DO TRABALHO

João Carlos trabalhou para a empresa ABC Telecomunicações Ltda. do período de 02/02/2018 a 02/03/2019. Foi demitido, sem justa causa, e não recebeu as verbas rescisórias correspondentes. Ajuizou demanda trabalhista, em face de seu antigo empregador, em 02/06/2019, oportunidade em que foi designada a audiência para o dia 15/06/2019. Nessa ocasião, as partes firmaram acordo, devidamente homologado pelo juízo da 99ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. Restou pactuado o pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser pago em 04 parcelas de R\$ 2.500,00, com vencimento em 10/07/2019, 10/08/2019, 10/09/2019 e 10/10/2019, sob pena de ser acrescida multa de 50% sobre o valor inadimplido e antecipação das parcelas vincendas. A parte ré não quitou a última parcela, sendo que o autor manifestou nos autos tal situação no dia 11/10/2019. O juízo de origem intimou a parte ré para comprovar o pagamento da parcela em questão nos seguintes termos: "Comprove a parte ré, em 05 dias, o cumprimento do acordo, pena de execução, conforme requerimento do autor." transcorrendo o prazo concedido sem qualquer manifestação, em 30/10/2019. Ato contínuo, em 05/11/2019, o autor requereu que fosse realizada penhora *on-line* das contas bancárias da parte devedora, sendo deferido seu pedido, contudo, sem êxito. Em 04/03/2020, foi determinada nova intimação ao exequente, nos seguintes termos: "*Intime-se o Exequente para ter vista do ato executivo praticado pelo Juízo, sem êxito, pelo prazo de 15 dias, devendo fornecer meios para o prosseguimento do feito. Findo o prazo, sem manifestação, o feito aguardará por providências no arquivo provisório, na forma e prazo previstos no art. 11-A da CLT.*" A decisão foi publicada no dia 06/03/2020 (sexta-feira). No dia 30/03/2020 (segunda-feira), os autos foram remetidos ao arquivo provisório, tendo em vista o transcurso do prazo do autor. Em 04/05/2022, a parte executada manifestou nos autos, requerendo que fosse declarada a prescrição intercorrente e a extinção da execução.

Observados o contexto, a legislação vigente e o requerimento formulado pela parte ré, discorra sobre **qual é o prazo da prescrição intercorrente no processo do trabalho, quando se inicia a contagem do prazo**, bem como se, no período da contagem do prazo, no caso mencionado, **houve suspensão do prazo prescricional previsto em legislação. Em caso afirmativo, informe por quanto tempo.** Amparado em tais premissas, informe se **o pedido da parte executada, analisado no dia 08/05/2022 pelo juízo de origem, deveria ter sido acolhido ou rejeitado** pelo magistrado.

[máximo: 15 linhas, valor 25,0 pontos]

RASCUNHO DA QUESTÃO 01

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15

QUESTÃO 02 - DISCURSIVA DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Sandra Cristina trabalhou, de janeiro de 2018 a fevereiro de 2020, como assistente administrativa, na Associação de pais de pessoas com deficiência, entidade filantrópica responsável pelo acolhimento de pessoas com deficiência em situação de rua. Após sua demissão, foi ajuizada ação trabalhista em face da mencionada Associação, requerendo, em síntese, a condenação da ré ao pagamento de diferenças salariais pela equiparação salarial com a paradigma Maria Joaquina, que, segundo a autora, recebia 3 vezes o seu salário, mesmo desempenhando as mesmas funções, para o mesmo empregador, contratadas ao mesmo tempo. Além disso, a autora requereu, também, a condenação da ré ao pagamento de adicional noturno, nos plantões realizados em tais períodos e adicional de insalubridade. Passada a audiência, as partes permaneceram inconciliáveis, oportunidade em que a parte ré ofereceu defesa, negando os fatos que embasavam o pedido autoral. Designada perícia técnica para a verificação da insalubridade, não restou caracterizado o direito da autora. Na audiência em prosseguimento, o juízo de origem, colheu o depoimento pessoal das partes e ouviu uma testemunha pela parte autora. Encerrada a instrução, sem outras provas a produzir, os autos foram conclusos para julgamento. Na sentença, o juiz condenou a parte ré ao pagamento das diferenças salariais pela equiparação salarial, com os reflexos postulados na inicial, ao adicional noturno e julgou improcedente o pedido do adicional de insalubridade. As partes não interpuseram recurso da decisão que transitou em julgado. Após a devida liquidação do valor devido pela parte ré, foi homologado o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A parte ré foi intimada para realizar o pagamento e manteve-se inerte. Após tentativa de bloqueio *on-line*, foram encontrados R\$ 2.500,00 na conta da parte executada, oportunidade em que o magistrado intimou as partes para ciência. No primeiro dia da intimação, a parte ré (executada) opôs embargos à execução, alegando a impenhorabilidade de tais valores bloqueados, requerendo que fossem liberados de imediato, tendo em vista que tais valores são provenientes de recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória na saúde e assistência social. O juízo de origem julgou improcedentes os embargos à execução, sob o fundamento de que a parte executada não comprovou a origem de tais verbas.

Observados o contexto, a legislação vigente e o inconformismo da parte ré com a decisão proferida pelo juízo de origem, descreva **qual é o recurso cabível para atacar mencionada decisão, o prazo para sua interposição, bem como se a Associação precisará realizar o preparo para o devido conhecimento de seu recurso. Em caso afirmativo, discorra sobre como é o preparo do mencionado recurso neste caso e, em caso negativo, explique o motivo correspondente. Por fim, deverá a parte informar o(s) efeito(s) em que é recebido o recurso no tribunal.**

[máximo: 15 linhas, valor 25,0 pontos]

RASCUNHO DA QUESTÃO 02

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15

**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

EDITAL 01/2022

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	



**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA
VIRAR O CADERNO DE PROVAS.**